

Características		Sala 1	Coef. Imp	Piscinas Cobertas	Coef. Imp	Piscinas Descobertas	Coef. Imp
<b>Custos Financeiros</b>							
Juros Suportados .....	2.484,27	764,90	31 %	1.392,84	56 %	326,53	13 %
	2.484,27	764,90		1.392,84		326,53	
<b>Custos Amortização</b>							
Piscina .....	22.678,35		31 %	12.714,93	56 %	2.980,81	13 %
Equipamento Básico .....	22.768,14	7.010,26		12.765,27		2.992,61	
	45.446,49	7.010,26		25.480,20		5.973,41	
<b>Custos Apurados</b>							
Custo Anual — Com monitor .....	460.687,56	71.367,68		286.807,24		52.020,64	
Custo Hora — Com monitor .....				97,59		75,50	
Custo Hora por Utente — Com monitor .....				14,51		5,63	
Custo Anual — Sem monitor .....	395.779,70	51.382,70		221.899,38		52.020,64	
Custo Hora — Sem monitor .....		31,84		75,50		75,50	
Custo Hora por Utente — Sem monitor .....				11,23		5,63	

**Pressupostos:**

O coeficiente de imputação utilizado para a repartição dos custos de utilização dos diferentes espaços (piscina descoberta, coberta e sala 1), tem como base o n.º de horas de utilização potencial por ano do Complexo das Piscinas Municipais.

Para efeitos de cálculo do n.º de horas de utilização potencial por ano para a sala 1 resulta a seguinte fórmula:

$$\text{Horas utilização potencial/por ano (Sala 1)} = [5 \text{ horas} \times (260 \text{ dias} - 10 \text{ dias}) + (7 \text{ horas} \times 52 \text{ semanas})] = 1614 \text{ horas}$$

**ANEXO IV****Metodologia de Cálculo dos Preços do Auditório Damião de Góis**

Custos de Funcionamento do Auditório Damião de Góis — Ano 2010	Custos
<b>Características:</b>	
Vida útil para efeitos de amortização .....	80 anos
Área (m²) .....	
Horas de utilização potencial por ano (7 horas x 365 dias) .....	2.555
<b>Custos de Exploração:</b>	
Custos com pessoal + bens e serviços .....	19.895,38
Custos de funcionamento .....	952,16
Amortizações .....	2.825,35
Total de Custos Anuais .....	23.672,89
Horas de utilização potencial por ano .....	2.555
Custo de Utilização/Hora .....	9,265
Custos Diretos/por hora .....	7,79
Custos Indiretos/por hora .....	1,48

205935538

**MUNICÍPIO DE ALMADA****Aviso (extrato) n.º 5324/2012**

Nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente torna-se público que a Sr.ª Presidente desta Câmara autorizou, em 13-02 e 15-03-2012, a renovação, por mais 3 anos, das comissões de serviço dos dirigentes identificados abaixo nos seguintes cargos de Direção Intermédia:

1 — De 1.º grau — Diretora do Departamento de Educação e Juventude — Dr.ª Paula Cristina dos Santos de Sousa, a partir de 01-04-2012;  
2 — De 2.º grau — Chefe da Divisão de Qualificação Urbana — Arq.º António Carlos Morgado Janeiro, a partir de 24-05-2012.

27-3-2012. — O Vereador dos Serviços Municipais de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional, Dr. José Manuel Raposo Gonçalves.

305943443

**Aviso (extrato) n.º 5325/2012**

Para os devidos efeitos torna-se público que João Paulo Camacho Janeiro e António Manuel Pires da Cruz de Melo Vieira concluíram com

sucesso o período experimental, cujas classificações finais homologuei nesta data, dos Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado celebrados, em 15-11 e 12-12-2011 conforme avisos publicados na 2.ª série do *Diário da República* n.º 244 e n.º 245 de 22 e 23-12-2011, no âmbito do Procedimento Concursal Comum para ocupação de 2 postos de trabalho na carreira de Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros).

28-3-2012. — A Presidente da Câmara, Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa.

305943451

**MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS****Edital n.º 356/2012**

Carlos Manuel da Cruz Lourenço, Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, torna público que, em Reunião de Câmara de 19/03/2012, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços técnicos da D. P. G. U., aprovar a prorrogação do

prazo de execução da Revisão do Plano Diretor Municipal de Arruda dos Vinhos por 365 dias.

23 de março de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*.

205932281

## MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR

### Aviso n.º 5326/2012

#### **Procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.**

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, torna-se público que, por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 1 de março de 2012, precedido da deliberação favorável do órgão executivo datada de 15 de fevereiro do corrente ano e do órgão deliberativo de 28 de fevereiro de 2012, se encontra aberto, procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — termo resolutivo certo, tendo em vista o recrutamento de um assistente operacional.

O procedimento concursal do presente aviso é feito, com base na alínea h) do n.º 1 do artigo 93.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, para fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço.

1 — Local de trabalho: O local situa-se na área do Município de Campo Maior.

2 — Caracterização do posto de trabalho:

O trabalhador irá desempenhar as funções previstas na carreira/categoria de Assistente Operacional (motorista de transportes coletivos), designadamente: conduzir autocarros para transporte de passageiros e transporte de crianças (transportes escolares), tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; proceder à arrumação da viatura em local destinado para esse efeito; assegurar o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza, zelando pela sua manutenção; e proceder a pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou acidentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações.

3 — Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória conforme alínea a), n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro correspondente ao grau de complexidade funcional da categoria/carreira do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento é publicitado.

3.1 — Não haverá possibilidade de substituição da habilitação exigida por formação e ou experiência profissional.

4 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar.

5 — Remuneração: A remuneração será determinada com base no Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho e na Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, conforme o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. O posicionamento do trabalhador a recrutar será objeto de negociação com a entidade empregadora, Município de Campo Maior, e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Esta negociação encontra-se sujeita às determinações constantes do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

6 — Requisitos de Admissão:

6.1 — Requisitos Gerais: Os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais:

- a) Certificado de Aptidão para Motorista;
- b) Curso de formação inicial de motorista de transporte coletivo de crianças.

7 — Os candidatos são dispensados da apresentação de documentos comprovativos dos requisitos a que se refere o ponto 6.1 do presente aviso, desde que declarem sob compromisso de honra, no próprio requerimento, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles.

8 — Âmbito do recrutamento:

8.1 — O recrutamento inicia-se de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

8.2 — Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, deverá proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego previamente estabelecida.

8.3 — Nos termos da alínea f), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

9 — Forma, prazo e local para apresentação de candidaturas:

9.1 — Forma: As candidaturas deverão ser entregues em suporte de papel, através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na Secção de Recursos Humanos desta Autarquia e na página oficial deste Município ([www.cm-campo-maior.pt](http://www.cm-campo-maior.pt));

9.2 — Prazo: O prazo de entrega para as candidaturas é de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

9.3 — Local: As candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente desta Câmara Municipal, e entregues pessoalmente no Serviço de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente das 9h00 às 16h00, ou através de correio registado com aviso de receção, até ao termo do prazo, para Câmara Municipal de Campo Maior, Praça da República, 7370-954 Campo Maior.

9.4 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio eletrónico.

10 — Apresentação de documentos:

10.1 — A apresentação das candidaturas deverá ser acompanhada sob pena de exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, dos documentos comprovativos da posse dos requisitos de admissão:

- a) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão e do número de identificação fiscal;
- c) Fotocópia da Carta de Condução;
- d) Fotocópia do Certificado de Aptidão para Motorista;
- e) *Curriculum Vitae* detalhado, assinado e datado onde deve constar: identificação pessoal, habilitações literárias, qualificações profissionais (formação profissional, seminários, colóquios e outros elementos que permitam valorizar a candidatura), e experiência profissional, devendo para o efeito anexar fotocópia dos documentos comprovativos da formação e experiência profissional;
- f) Declaração emitida pelo serviço de origem, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público que tem, a antiguidade na carreira e no exercício de funções públicas, a avaliação de desempenho obtida nos últimos três anos, a posição remuneratória que detém e a atividade que executa.

10.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — Quotas de Emprego: De acordo com o n.º 3 dos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

11.1 — Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supra mencionado.

11.2 — A apresentação de documento falso, determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e ou criminal.